

Sobre livros de cavalaria, leituras e leitores nos séculos XVI e XVII

ZULMIRA C. SANTOS
Universidade do Porto
Portugal

A recepção dos livros de cavalaria, para usar um termo de ampla ressonância, tem uma história conhecida, feita de leitores consumados, de críticos contumazes, de apreciações que a muita bibliografia sobre o assunto – praticamente desde Ménendez Pelayo¹ – procura elencar em dois grupos, metodologicamente separáveis, mas intensamente mezclados na prática: de um lado, as apreciações de teor “moralizante”, inscritas, quase sempre, no quadro de uma argumentação visando a educação feminina, em

1 Marcelino Menéndez Pelayo, *Orígenes de la Novela*, Madrid, CSIC, 1962, vol. I, pp. 440-447 (sobre esta questão v. *Orígenes de la Novela. Estudios*, ed. de Raquel Gutiérrez Sébastian & Borja Rodríguez Gutiérrez, S.P.U.C., 2007. A bibliografia sobre as apreciações críticas é ampla e tem recebido contributos importantes como os de María del Carmen Marín Pina, “Don Quijote, las Mujeres y los Libros de Caballerías”, In: *Cervantes y su Mundo* (II), K. Reichenberg & D. Fernandez-Morera, 2005, pp. 309-340; “Los Lectores de los Libros de Caballerías”, In: *Il Delirio y la Razón. Don Quijote por dentro*, ed. de Carlos Alvar & J. M. Lucía Mejías, La Rioja, Fundación Camino de Lengua, 2005, pp. 38-47; “La Mujer y los Libros de Caballerías. Notas para el Estudio de la Recepción del Género Caballeresco entre el Público Femenino”, *R. Lit. Medieval* (3): 129-148, 1991; continuam, em todo o caso, pertinentes as considerações de Henry Thomas, *Spanish and Portuguese Romances of Chivalry*, Cambridge University Press, 1920 (reimp. Kraus, Nueva York, 1969; trad. espanhola, *Las Novelas de Caballerías Españolas y Portuguesas, Despertar de la Novela Caballeresca en la Península Ibérica y Expansión e Influencia en el Extranjero*, Madrid, CSIC, 1952, pp. 115-134); Marcel Bataillon, *Erasmus y España*, México-Madrid-Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1991, pp. 615-622, Edward Glaser, “Nuevos Datos sobre la Crítica de los Libros de Caballerías en los Siglos XVI y XVII”, In: *Anuario de Estudios Medievales*, 3, 1966, pp. 393-410; Martín de Riquer, “*Tirante el Blanco, Don Quijote y los Libros de Caballerías*”, separata do prólogo da edição de *Tirante el Blanco* de la Asociación de Bibliófilos de Barcelona, 1947-1949, pp. XXV-LX; “Cervantes y la Caballeresca”, *Suma Cervantina*, ed. J. B. Avallé Arce & E. C. Riley, Londres, Tamesis, 1973, pp. 273-292; M. Chevalier, “El Público de las Novelas de Caballerías”, In: *Lectura y Lectores en la España de los Siglos XVI y XVII*, Madrid, Turner, 1976, pp. 65-103; D. Eisenberg, “Who Read the Romances of Chivalry?”, In: *Romances of Chivalry in the Spanish Golden Age*, Newark, Delaware, Juan de la Cuesta, 1982, pp. 89-118; Maria de Lurdes Correia Fernandes, *Espelhos, Cartas e Guias. Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica*, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, esp. Cap. III: “A Educação Feminina. Entre as Funções Conjugais, o Governo da Casa e as Práticas Espirituais”, pp. 101-143; Elisabetta Sarmati, *Le Critiche ai Libri di Cavalleria nel Cinquecento Spagnolo (con uno Sguardo sul Seicento). Un’Analisi Testuale*, Pisa, Giardini, 1996; Isabel Almeida, *Livros Portugueses de Cavalaria do Renascimento ao Maneirismo*, Dissertação de Doutoramento policopiada, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1998; Jorge Osório, “Um Género Menosprezado. A Narrativa de Cavalaria no Século XVI”, *Mathesis*, Universidade Católica de Viseu, (10): 9-34, 2001; José Manuel Lucía Megías, *Imprenta y Libros de Caballerías*, Madrid, Ollero & Ramos, 2000; *Idem*, *De los Libros de Caballerías Manuscritos al Quijote*, SIAL Ediciones, 2004, Colección Trivium, pp. 155-172; Pedro M. Cátedra & Anastasio Rojo, *Bibliotecas y Lecturas de Mujeres, Siglo XVI*, Instituto de Historia del Libro y de la Lectura, 2004, esp. Cap. IV: “Lecturas de Mujeres”, pp. 109-182; Antonio Garrido Dominguez, *Aspectos de la Novela en Cervantes*, Centro de Estudios Cervantinos, 2007, pp. 140-143.

pauta devota, carreando juízos que, muitas vezes, se aplicam também aos homens, sobretudo se jovens; do outro, as razões suscitadas pela poética do gênero, em moldura retórico-compositiva. É conhecido o caminho a que Luís Vives² deu o tom – embora as apreciações tidas como negativas se possam datar pelo menos do século XV (basta evocar os versos de López de Ayala no seu *Rimado de Palacio*) – quando no contexto de *Formación de la Mujer christiana*³, do *De Disciplinis* ou dos “*Deberes del Marido*”⁴, este humanista se debruçou sobre a educação feminina, nas suas formas e consequências. Examinando, para reter apenas um exemplo, neste último texto, no capítulo intitulado “Formación de la Mujer”, a “conveniência” das letras nas mulheres, equacionava a questão: “Es conveniente que sea letrada la mujer?”:

Existe una literatura que tiene por fine el pulimento y la riqueza del lenguaje. Existe otra literatura que atiende al deleite sensual, a la astucia, ala hipocrisia, y otra que va al conocimiento de la Naturaleza, y otra a la compostura del alma.

El deseo de placeres carnales estremece en su mayor parte las obras de los poetas, como son las Fábulas, Miliesia, el Asno de apuleyo; casi todos los diálogos de Luciano, y como las hay escritas copiosamente en las lenguas vernáculas: los Tristanes, Lancelotes, Ogeres, amadis, arturos y otras análogas obras de caballerías. Todas estas obras fueran escritas por hombres ociosos que, para su mal y el nuestro, tuvieron excesivo papel, por ignorancia de los mejores. Estos libros dañan no solo a las mujeres, sino también a los hombres, como todos aquellos otros, indistintamente, que empujan a lo peor esta insana inclinación nuestra, cual es son los que arman la astucia, encienden la sedienta codicia, exasperan la ira e el ilícito apetito de cualquiera cosa torpe⁵.

Tal argumentação, no quadro das “quatro literaturas” apontadas, qualificava de “danosa” a leitura de livros de cavalaria, tanto no caso masculino como feminino, como acentuará, também, a talvez menos conhecida obra do português doutor João de Barros⁶, *Espelho de Casados* (Porto, 1540):

Quando os mancebos começam a ter entendimento do mundo, gastam o tempo em livros muiy desnecesareos e pouco proveitosos pera si nem pera outrem, asi como na fabullosa historia de amadis nas patranhas do santo grial nas semsaborias de palmeirim e primaliom e florisendo e outros asi, que haviam mester totalmente exterminados, que jaa de nenhuma cousa servem onde ha tantos outros de que se pode tirar proveito, asi como de santo Agostinho e de sam Jerónimo e de Seneca e pera passar o tempo em mores façanhas que as de Esplandiam, leam a Lívio Valério Curcio Suetónio, Eutropio e outros muitos historiadores, onde se acharom mayores façanhas proveitosas para os que desejam saber, e ainda avisos e muy necesarias doutrinas. E como quer que diga Salamam que o caminho do mancebo totalmente nam sabia devem os mancebos aprender o caminho por onde hamde começar sua vida⁷.

2 Valentín Moreno Gallego, *La Recepción Hispana de Juan Luis Vives*, Generalit Valenciana, 2006, sobretudo o Cap. XI: “La Consideración de la Mujer en Vives y el Impacto de *De Institutione Femina Christianae*”, e, muito especialmente, XI.C: “La Lectura en el Ideal Formativo de Vives: la Denostación de los Libros de Caballerías”, pp. 406-415.

3 O texto latino *De Institutione Femina Christianae* (1523) foi traduzido para castelhano por Juan Justiniano em 1528: *Libro Llamado Instrucción de la Muger Christiana*. V. Valentín Moreno Gallego, *op. cit.*

4 Luís Vives, *De Officio Mariti*, Bruges, 1528 (Los Deberes del Marido). Citamos a partir da edição Juan Luis Vives, *La Mujer Cristiana. De los Deberes del Marido. Pedagogia Pueril*, Madrid, Aguilar S. A. de Ediciones, 1949.

5 Juan Luis Vives, *op. cit.*, pp. 603-604.

6 Assim designado para evitar a confusão com João de Barros, autor da *Crónica do Imperador Clarimundo donde os Reis de Portugal Descendem*, Lisboa, Germão Galharde, 1522.

7 João de Barros, *Espelho de Casados*, Porto, 1540 (ed. de Tito de Noronha & António Cabral, Porto, 1874), Introduçam, pp. IV-V.

Embora as apreciações citadas de Vives e do Doutor João de Barros (mas também de Pedro de Luján⁸ e outros) se enquadrem compreensivelmente no contexto de uma literatura visando a perfeição dos estados, neste caso particular dos “casados”⁹, uma parte substancial das apreciações negativas funciona, como uma variadíssima bibliografia já acentuou¹⁰, essencialmente em contexto de modelos devotos de educação das mulheres e muito por contraste com a literatura, para usar a expressão de Vives, de “la compostura del alma”, que integrava certamente vidas de santos e gente ilustre exemplar em “virtude”. Inscrevem-se nessa moldura a argumentação de Malón Chaíde, de Frei Luís de Granada, Juan de Valdés que, porém, distinguia entre “los buenos libros” (*Amadís, Primaleón, Palmerín*) e “los malos” (*Esplandián, Lisuarte, Febrisando, Oliveros*), Guevara, P. Mexia, Diego Gracián, Fernández de Oviedo, Melchor Cano, Arias Montano, Francisco Ortiz Lucio, Juan de la Cerda, Gaspar de Astete¹¹, e até, já em pleno século XVII, D. Francisco Manuel de Melo que, no quadro da *Carta de Guia de Casados* (1651), narra como as filhas de uma estalajadeira imitaram exemplos lidos em livros de cavalarias, fugindo com “cavaleiros namorados”¹². As passagens a que brevemente aludimos – e que têm vindo a ser objeto de uma ampla bibliografia – evocam um complexo quadro que não ignora a força pragmática “exemplar”, no contexto da prática imitativa e não apenas na dimensão “moralizante” que tais “exemplos” poderiam comportar, no sentido em que, como nota Frei Francisco de Osuña “no ay quien tanto siga lo que lee como la muger”¹³, asserção que em muito explica, em contexto devoto, a proposta de substituição desta literatura por salmos e vidas de santos como modelos edificantes¹⁴. Sabemos, também, como as apreciações críticas desvalorizaram a retórica técnico-compositiva e olharam com desconfiança magia e feitiçarias. No entanto, apesar deste filão crítico, que, com alguma probabilidade, hoje sobrevalorizamos, na dimensão “moralizante”, os livros de cavalarias parecem não ter integrado diretamente os vários índices de livros proibidos e expurgatórios, em Portugal e Espanha, nos séculos XVI e XVII¹⁵,

8 Pedro de Luján, *Coloquios Matrimoniales* (1550), Ed. Asunción Rallo Gruss, Anejos del Boletín de la Real Academia Española, 48, Madrid, Real Academia Española, 1990.

9 Maria de Lurdes Correia Fernandes, *op. cit.*, Cap. IV “Os Deveres do Marido”.

10 V. nota (1).

11 Para mais exemplos, em “campos” diversos, de edições do *Psalterio* a cartas, v. Pedro Cátedra & Anastasio Rojo, *op. cit.*, pp.165-166..

12 D. Francisco Manuel de Melo, *Carta de Guia de Casados* (ed. de Maria de Lurdes Correia Fernandes), Porto, Campo das Letras, 2003, p.99..

13 Francisco de Osuna, *Norte de los Estados* (Burgos, 1541, fol. xxxv).

14 Por exemplo em Frei Luis de Granada, *Introducción del Símbolo de la Fe* (Domingo de Portonariis Ursino, 1584, Parte Segunda de la Decimo Cuarta Excelencia de la Fe, p. 92) que propõe a leitura das história e batalhas gloriosas das santas mártires.

15 Tendo em conta a Regra Sétima do Índice Tridentino (cit. a partir de Isaías da Rosa Pereira, *Notas Históricas acerca de Índices de Livros Proibidos e Bibliografia sobre a Inquisição*, Lisboa, 1976, p. 41): “Os livros que de propósito tratam de coisas lascivas e desonestas ou as contam ou ensinam, totalmente sejam proibidos [...]”. Os livros de cavalarias poderiam estar no âmbito das obras designadas como “lascivas” em geral., ou então, cair na órbita da Nona Regra que se dirigia a “Todos os livros e obras de Geomancia, Hidromancia [...] Nigromancia, ou em que se contém sortes, feitiçarias, agoiros, boas ditas ou encantacoes de arte mágica [...]. É por isso altamente provável que as opiniões dos censores, sempre que instados, em circunstâncias de livros sem licenças, primeiras edições ou reimpressões, como aliás se verifica no juízo emitido por Bartolomeu Ferreira, não lhe fossem favoráveis e indicassem emendas. Os índices preocuparam-se, essencialmente, com questões de literatura de espiritualidade, nos seus diferentes âmbitos e consequências, ainda que o panorama português e espanhol manifeste diferenças assinaláveis. V. Américo Castro, que procurou explicar o que considerou como ausência nos índices, em *El Pensamiento de Cervantes* (Barcelona-Madrid, Noguer, 1972, p. 26), o mesmo acontecendo com Karl Kohut em *Las Teorías Literarias en España y Portugal durante los Siglos XV y XVI* (Madrid, CSIC, 1973, pp. 39-41). Eisenberg fornece alguns exemplos de atitudes de censores, em “An Early Censor: Alejo Venegas”, In: *Medieval, Renaissance and Folklore Studies in Honor of J.E. Keller*, Juan de la Cuesta, Newark, 1980, pp. 229-241. V. Peter Russell sobre a ausência de livros de cavalarias nos Índices espanhóis de 1558 e 1564, e também entre 1559 e 1640, e a opinião de que recaía nos censores contratados pelo Consejo de Castilla a responsabilidade do *imprimatur* (“El Concilio de Trento y la Literatura Profana: Reconsideración de una Teoría”, In: *Temas de “La Celestina”*, Barcelona, Ariel,

embora sejam conhecidos exemplos de obras “emendadas”, ou de “pareceres” como o redigido por Frei Bartolomeu Ferreira para o *Palmeirim de Oliva*, que se sabe ter sido impresso clandestinamente por Cristóvão de Burgos, em Évora¹⁶. Respondendo a uma petição de Gonçalo Duarte, vendedor dos ditos livros, em Lisboa, o frade escreveu:

Vi por mandado do supremo conselho da Santa e Geral Inquisição dous livros primeiro e segundo do *Palmeirim de Olivior* impressos sem licença do Santo Ofício, e achei neles muitos encantamentos e feitiçarias, e deshonestidades, que podem prejudicar aos bons costumes, e meu parecer é que se não imprimão de novo, mas pois estão já impressos, e se o suplicante os comprou com boa fé, parece-me que se podem permitir como se permitem os semelhantes de cavalarias, os quais se não estão proibidos nos catálogos, em particular, estão proibidos nas regras gerais onde se proibem os livros que contêm desonestidades lascivias e torpesas, impiedades como ordinariamente contem os livros de cavalaria...¹⁷.

Parece, assim, poder pensar-se que a censura a este tipo de ficção, objeto de um comércio florescente, de manuscritos¹⁸ e impressos, de circulação potenciada por leituras “públicas”¹⁹, foi sobretudo uma censura “interna”, de certa forma difusa – ainda que concreta nos pareceres de censores – e que se foi tornando quase “tópica”, em contexto de pautas de comportamento devoto, mesclando, habilmente, a desvalorização do ponto de vista da teoria da “imitação”, eram “livros mentirosos”, com a dimensão moralizante, na medida em que mentiam duplamente, no sentido dos pecados contra a verosimilhança e contra os padrões de perfeição de conduta “moral, religiosa e espiritual”. Evidentemente que este tipo de argumentação se prendia à questão mais geral de um “disciplinamento” social – ainda que discutível, o conceito mantém potencialidades explicativas – de uma certa tutela pedagógica da leitura, legitimada por critérios morais ou político-religiosos²⁰.

Todas estas questões, apenas indiciadas, porque já examinadas por uma larga bibliografia, se projetam, de muitos modos, no célebre excerto do “Diálogo I” de *Corte na Aldeia* (1619), de Rodrigues Lobo, em que este examina a questão dos “livros de cavalarias”, tão bem estudada já por José Adriano Carvalho, na introdução da edição que preparou²¹ desta obra, e por Isabel Almeida, no importante estu-

1978, pp. 441-478). Por outro lado, sabe-se também como não tiveram grandes consequências, em Espanha, as múltiplas ordenações reais, ao longo do século XVI, que proibiam o comércio de livros de cavalarias com a América, tidos como leituras perniciosas para os índios – e como, pelo contrário, se tratou até de um comércio florescente (Irving Leonard, *Los Libros del Conquistador*, México, Fondo de Cultura Económica, 1979, pp. 92-100 e 160-163). O *Índice Ultimo de los Libros Prohibidos y Mandados Expurgar para Todos los Reynos e Señorios del Catolico Rey de las Espanas el Señor Don Carlos IV* (Agustin Rubia de Cevallos, Consejo de Inquisición, 1790), integra a indicação sobre o *Palmeirim de Oliva* “se borre, semelhantes supersticiones”, p. 204.

16 Mari Carmen Marín Pina, (1988): Edición y Estudio del Ciclo Español de los Palmerines, Zaragoza, Universidad. (Tesis doctoral dirigida por el Dr. Juan Manuel Cacho Blecua.) Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Zaragoza; “El Ciclo Español de los Palmerines”, *Voz y Letra* VII (2): 3-27, 1996; Aurélio Vargas Díaz-Toledo, *Guía de Lectura de Palmerín de Inglaterra*, I, 2011.

17 Citamos a partir de Maria José Leote Gonçalves da Silva Leal, *Uma Impressão do Palmeirim de Oliva Feita em Évora por Cristóvão de Burgos e Atribuída a Francisco del Canto de Medina del Campo*, Porto, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1962.

18 Fernando Bouza Álvarez, *Corre Manuscrito. Una Historia Cultural del Siglo de Oro*, Madrid, Marcial Pons, 2001.

19 Para usar a qualificação de Pedro Cátedra e Anastasio Rojo, *op. cit.*, p.167.

20 Victor Infantes, “La Narrativa del Renacimiento: Estado de las Questiones”, *La Invención de la Novela*, dir. Jean Canavaggio, n. 60, Madrid, 1999, Col. Casa Vélasquez, pp. 13-48.

21 Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia*, Int., notas e fixação do texto de José Adriano de Carvalho, Lisboa, Presença, 1992.

do inserido na Revista *Românica*²². A consideração das reflexões estimulou e contribuiu para repensar e questionar o lugar e a oportunidade “discursiva” do debate em causa, que Rodrigues Lobo coloca, num texto que, como é sabido, se dedica integralmente ao comportamento “cortesão”, em momento em que procede à apresentação da obra, caracterizando personagens, tempos e lugares. Verdadeiramente, se quisermos ter em conta a experiência autoral, Rodrigues Lobo não compôs livros de cavalarias, se bem que *O Condestabre* (Lisboa, 1610) possa, como tema, evocar um cavaleiro no modelo de Galaaz²³. Escreveu, sim, três livros de pastores, publicados respectivamente em 1601, a *Primavera*²⁴, 1608, o *Pastor Peregrino*²⁵ e 1614 o *Desenganado*²⁶. Livro de pastores que, no prólogo da terceira edição da *Primavera*, Rodrigues Lobo entende como possíveis modelos inspiradores de diálogos amorosos para “damas curiosas”²⁷. Livros que, obviamente, em termos de técnica retórico-compositiva, muito deviam, nas sequências em prosa, instauradoras da diegese, às “ciências e disciplinas”, que Leonardo haveria de entender, em clave de elogio para os seus autores, como essenciais à composição de “livros de cavalarias”. Livros de pastores que, também eles, tão tributários do tema e motivo da viagem, precisavam de ter “algua notícia dos nigromantes antigos para os encantamentos que servem de bordão e valhacouto aos historiadores”²⁸. Por outro lado, talvez a ideia lhe tivesse vindo de uma das várias obras que podem ser encaradas como prováveis intertextos de *Corte na Aldeia*, também ela uma leitora de *Il Galateo*, de Giovanni della Casa²⁹, o cortesão *Dialogo de la Discreción*, redigido até 1579, por um Damasio de Frias³⁰, também ele responsável pelo livro de cavalarias *Lidamarte de Armenia*. Seja como for, numa obra que examina e dispensa pautas de comportamento, dos gestos às regras da conversação e à gestão do silêncio, da escrita de cartas, à perfeição do envio de recados, embaixadas e visitas, aos destinos cortesãos, simbolizados no ditado “iglesia, mar o casa real”, o autor orchestra no “Diálogo I” um cruzamento de vozes de cinco leitores de livros de cavalarias, homogeneizando, desse ponto de vista, cinco personagens, representativas de grupos sociais diversos, se bem que afins, indiciando alguma

22 Isabel Almeida, “‘Em Matéria de Livros’: o Diálogo I de Corte na Aldeia”, *Românica* . (1-2): 93-106, 1992-1993. Zulmira Santos, “Rodrigues Lobo, Leitor de Cervantes?”, In: *Cervantes en el Espejo del Tiempo* (coord. de M^a Carmen Marín Pina), Prensas Universitarias de Zaragoza, 2010, pp. 431-440.

23 V. nota 10, p. 62 da introdução da edição citada de José Adriano de Carvalho à *Corte na Aldeia*: “Nuno Álvares Pereira havia grã sabor e usava muito de ouvir e ler livros de cavalarias, especialmente usava mais ler a história de Galaaz, em que se continha a soma da Távola Redonda (Crónica do Condestabre, Lisboa, 1526, cap. IV, s. p.)”.

24 *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo (...)*. Em Lisboa, per Jorge Rodrigues, M.DCI, ed. de Maria Lucília Gonçalves Pires, Lisboa, Vega, 2003.

25 *O Pastor Peregrino de Francisco Rodrigues Lobo. Segunda Parte da sua Primavera (...)*. Em Lisboa (...) por Pedro Clasbeeck (sic), ano de 1608 (ed. de Maria Lucília Gonçalves Pires, Lisboa, Vega, 2003).

26 Francisco Rodrigues Lobo, *O Desenganado*, Terceira Parte da sua Primavera. Em Lisboa. Por António Alvares, 1614.

27 Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*, op. cit., “Prólogo ao Leitor”, p. 48.

28 Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia*, op. cit.

29 Giovanni Della Casa, *Il Galateo overo de' Costumi*, Venezia, 1558. Sobre as “fontes” de *Corte na Aldeia*, v. José Adriano de Carvalho, “A Retórica da Cortesia: Corte na Aldeia (1619) de Francisco Rodrigues Lobo, fonte da Epítome de la eloquencia española (1692) de Francisco José Artiga”, *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, (0): 423-441, 2003, esp. pp. 423-424: “Contudo, porque será importante, recordaremos que entre as suas fontes literárias mais imediatas teremos sempre que inscrever *Il Galateo* de Giovanni della Casa (Venezia, Nicolò Bevilacqua, 1558) mediante *El Galateo Español* de Lucas Gracián Dantisco (Tarragona, Felipe Rosecto, 1593; Zaragoza, Lorenzo de Roble, 1593) e *La Piazza Universal ed i Tutte le Professioni del Mondo* (Venezia, G. Battista Somasco, 1585) de Tommaso Garzoni, directamente e não por intermédio da versão adaptada de Suárez de Figueroa, *Plazza Universale de Ciencias y Artes* (Madrid, Luis Sánchez, 1615) como poderia pensar-se dado o fato de que os dois dedicaram suas obras ao mesmo protetor, Duarte de Bragança, marquês de Flechilla e de Malagón. De um modo menos evidente, mas documentável, uma dívida interessante é a que Rodrigues Lobo contraiu com *La Civil Conversatione* de Stefano Guazzo (Brescia, Vincenzo Sabbio, 1574; Vinezia, Altobello Salicato, 1574).

30 Damasio de Frias y Balboa, *Diálogo de la Discreción in Diálogos de Diferentes Materias Inéditos hasta ahora*, Madrid, 1929, (Col. de Escritores Castellanos).

transversalidade de público leitor³¹. Isto é, as cinco personagens, previamente apresentadas como um “antigo morador da casa dos reis”, o velho Leonardo, o jurista Lívio, o fidalgo mancebo, D. Júlio, o poeta estudante, Píndaro, e um velho “não muito rico que tinha servido um dos grandes da corte”, Solino, todos eles opinam sobre uma realidade que parece ser-lhes familiar, a da leitura dos livros de cavalarias. Em livro de “conversação civil”, como é a *Corte na Aldeia*, não surpreende que o debate seja suscitado por “cortesias”, inscritas, num primeiro momento, numa conversa inicial que envolve a chegada das personagens e se centra na exploração, por Solino, de um pequeno incidente à mesa, baseado na “falta” de um criado de Píndaro que acompanhava “com os olhos os bocados dos hóspedes té o estômago”³², trocando tão depressa os pratos que o impedia de terminar, e num segundo, na chegada mais tardia de D. Júlio, motivo para um conjunto de cumprimentos – “Ah! senhor D. Júlio [...] tão grande trovoada de cumprimentos secos não podia deixar de lançar pedra”³³ – que Lívio procura atalhar, argumentando que Píndaro, o poeta, tem uma corrente tão arrebatada que “não dá vau a nenhuma retórica do mundo”³⁴. O juízo de Leonardo, o velho cortesão, de que quando ouve Píndaro, lhe parece “um livro de cavalarias”, inscreve o debate, num primeiro momento, no domínio retórico, do ponto de vista compositivo, no sentido em que sublinha que Píndaro possui “palavras sonoras, razões concertadas, trocados galantes e períodos que levam todo um fôlego”³⁵. Se, para além dessa competência técnica, Píndaro dispusesse, nas palavras de Leonardo, de um saber sobre “encantamentos escuros, castelos rocheiros, cavaleiros namorados, gigantes soberbos, escudeiros discretos e donzelas vagabundas” pudera pôr a um canto o “Amadis, Palmeirim e Clarimundo”, isto é, se dispusesse da “ciência”, no sentido da “erudição”, como dispõe da “técnica” discursiva, estaria preparado para construir “livros de cavalarias”. Contudo, Píndaro, que não enjeita dominar estratégias discursivas e saberes compositivos, menoziza os “livros de cavalarias”, acentuando que se quisesse compor livros não “houveram de ser de ‘patranhas’”³⁶. Não deixa de ser curioso, e talvez menos se racionarmos em termos de verosimilhança e “decoro” na construção das personagens, que Píndaro, o estudante “de bom engenho que entre os seus estudos se empregava algúas vezes no da poesia”³⁷, e que entenderá esta última, num momento posterior, como integrando os “livros divinos”³⁸, tenha sido escolhido como um possível redator de livros de cavalarias, a quem é preciso demonstrar a “qualidade” literária do gênero, de algum modo sublinhando uma legitimidade prestigiante que poderia e deveria estender-se à prosa de ficção em geral, valorizando, portanto, a composição de obras de “história fingida”, que comportavam também os livros de pastores, (recordemos as do autor de *Corte na Aldeia*), de aventuras ou breves histórias e contos “cortesãos” que o mesmo Rodrigues Lobo apresentará nos Capítulos X e XI³⁹. Elogio em causa própria? Estaria o autor a propor, em contexto de obra “cortesã”, valorizadora do diálogo, como registro discursivo, a reflexão especular da sua própria produção? Provavelmente. Valerá a pena notar que a *Corte na Aldeia*, para usar

31 V. as diferentes opiniões de Chevalier (“El Público de las Novelas de Caballerías”, *op. cit.*), seguido por Eisenberg (“Who Read the Romances of Chivalry?”, *op. cit.*, pp. 90-100), que privilegiam como público a nobreza, e M. de Riquer (“Cervantes y la Caballeresca”, *op. cit.*, p. 286) e Sara T. Nalle (“Literacy and Culture in Early Modern Castile”, *Past and Present*, (125): 65-96, 1989) que entendem esse público como bem mais amplo.

32 *Corte na Aldeia*, *op. cit.*, p. 56.

33 *Idem*, p. 57.

34 *Idem*, *ibidem*.

35 *Idem*, p. 58.

36 *Idem*, p. 59.

37 *Idem*, p. 55.

38 *Idem*, p. 64: “Essa condição (acudiu Píndaro) logo ao princípio ficou declarada; que, como exceptuastes Livros Divinos, nesse número devem estar os dos poetas que mereceram este nome [...]”.

39 Respectivamente, “Da Maneira de Contar Histórias na Conversação” e “Dos Contos e Ditos Graciosos e Agudos na Conversação”.

a designação de Torquato Tasso, um diálogo “civile e costumati”, integra e organiza, simultaneamente, a reflexão teórica sobre as potencialidades dos “livros de recreação”, de cariz dialógico, “sendo a primeira figura da obra o autor dela”⁴⁰ – de que é exemplo o texto que comporta tais considerações –, a valorização da poesia⁴¹ e a “teoria” dos “encarecimentos”⁴², que a produção poética de Rodrigues Lobo espelha, e ainda, a legitimação da ficção, da “história fingida”, no quadro das práticas de escrita “literária” do tempo. O “Diálogo I” comporta, assim, a reflexão sobre três tipos de práticas discursivas – a poesia, o diálogo de características doutrinárias, a ficção em prosa, paradigmaticamente pelos “livros de cavalarias” – mas também a reflexão sobre a “matéria-prima”, a célebre questão da “língua”, que em outro contexto e com outras implicações, Castiglione tinha desenvolvido em *Il Libro del Cortigiano* (1528)⁴³, salientando as aptidões e qualidades da língua portuguesa, fixando, pela variedade da argumentação, um filão temático que o século XVI havia desenvolvido e o século XVII não ignorou. A defesa do prestígio de um gênero, “as histórias fingidas”, que outros autores prosseguirão ao longo do século XVII, visando a valorização de uma literatura de “entretenimento”, também de “recreação”, para usar a designação de Rodrigues Lobo, cujos padrões “exemplares”, no sentido da exemplaridade moralizante poderiam não ser evidentes, mas em que avultava a “exemplaridade literária”. De fato, para Rodrigues Lobo importa menos, ou quase não importa, a dimensão “moralizante”, mas sim a forma de narrar, a ordem das razões, a economia narrativa que ele próprio, da teoria à prática, exemplifica nos capítulos atrás citados “Da Maneira de Contar Histórias na Conversação” (Cap. X) e dos “Contos e Ditos Graciosos e Agudos na Conversação” (Cap. XI). Salvo melhor opinião, a “leitura” conjunta destas duas temáticas, de um lado as “formas” discursivas – e de algum modo também os “gêneros”, da poesia à ficção em prosa – e do outro a “matéria-prima”, uma língua literariamente qualificada, permite perscrutar e compreender a arquitetura do “Diálogo I”, em termos de coesão interna. Parece também potenciar o sentido da argumentação de Leonardo, o cortesão, apreciador de livros de cavalarias, que, ao assinalar-lhes a dupla função de *prodesse ac delectare*, evidenciando a capacidade de “recrear o ânimo e afeiçoar e apurar o entendimento”⁴⁴, enuncia um conjunto de competências, apelidando-as, como já disse, de “ciências e disciplinas”, glosando um passo de larguíssima fortuna do *De Genealogia Deorum Gentilium* (XIV, 7), sobre a ciência necessária aos poetas, isto é, no limite, sobre as fontes da *inventio*⁴⁵ que, entre tantos outros, Cervantes também utilizou⁴⁶. Aliás, só assim cobra pleno sentido argumentativo o parecer de Lívio, o jurista doutor, que, em seguida, considera “tenho por mal empregado tanto cabedal em causa de tão pouco interesse e não sou de voto que o autor, que tiver as partes que vós dizeis que são necessárias para essa composição, se ocupe nela”⁴⁷. Verdadeiramente, o debate que se segue, como já mostraram Isabel Almeida e José Adriano de Carvalho, recentra a questão da “história verdadeira” e da “história fingida”, colocando o jurista, em quem, como também já disse Isabel Almeida, é tentador ver o humanista, amante da história verdadeira, e também D. Júlio, o fidalgo, de um lado, e Leonardo, o cortesão, e Solino, o que tinha vivido em “cortes”, do outro, daquele em que se defende a legitimidade do gênero, se cita Ariosto e se entende que os “livros bem fingidos como verdadeiros obrigam”, numa defesa da legitimidade e prestígio da ficção que funciona, naturalmente, também como a reivindicação

40 *Corte na Aldeia*, *op. cit.*, p. 65.

41 *Idem*, p. 64.

42 Diálogo V, “Dos Encarecimentos”.

43 V., no âmbito de uma ampla bibliografia, a introdução, a bibliografia e “Guida alla Lettura” de Amadeo Quonadam, Castiglione, *Il Cortigiano*, a cura di Amadeo Quonadam, Milano, Mondadori, 2002.

44 *Corte na Aldeia*, *op. cit.*, p. 59.

45 José Adriano de Carvalho, int. a *Corte na Aldeia*, *op. cit.*, pp.57-58, nota (6).

46 V. Zulmira Santos, “Rodrigues Lobo, Leitor de Cervantes?”, *op. cit.*

47 *Corte na Aldeia*, *op. cit.*, p. 59.

da importância social do “poeta”, do “homem de letras”, acentuando o conjunto de saberes e a erudição mobilizada para a composição de tais obras.

Deste ponto de vista, como atrás se anotou, a “censura” interna, de pendor moralizante que percorre o século XVI e arrastará ainda D. Francisco Manuel de Melo, em 1651, não se detecta do ponto de vista argumentativo, nas passagens citadas de *Corte na Aldeia*. Pode ser adivinhada nas apreciações em que Solino recorre a uma pauta comportamental:

Descreve-se o cavaleiro como era bem que os houvesse, as damas quão castas, os reis quão justos, os amores quão verdadeiros, os extremos quão grandes, as leis, as cortesias, o trato tão conforme com a razão. E, assim, não lereis livro em o qual não se destruam soberbos, favoreçam humildes, amparem fracos, sirvam donzelas, se cumpram palavras, guardem juramentos e satisfaçam boas obras⁴⁸,

ou até nos versos que Rodrigues Lobo dedicou ao *Condestabre* “Se inda hua história vã, mas bem fingida/Move um ânimo ilustre à santa vida” (Condestabre). Contudo, a conclusão final “Tão bem fingidas podem ser as histórias que merecem mais louvor que as verdadeiras; mas há poucas que o sejam; que a fábula bem escrita (como diz Santo Ambrósio), ainda que não tenha força de verdade, tem ãa ordem de razão, em que se podem manifestar as coisas verdadeiras». Resta agora, continuará o Doutor Lívio, “que o que escreve histórias seja verdadeiro [...]. O que compõe fábulas seja verosímil, e não terei eu razão de o reprovar. O que trata de ciência, alegue razões. O que fala de artes, experiência. E o que quer ensinar princípios mostre autoridade”⁴⁹. “Sentença” final que reivindica para a ficção e para os seus autores um estatuto mesclado de legitimidade e prestígio, que os integre no conjunto dos outros saberes, menorizando a dimensão da “exemplaridade” no sentido moralizante, que parece ter perdido atualidade e pertinência face à exemplaridade “literária”. Como José Adriano de Carvalho já notou, “a questão não vem agora examinada desde um ponto de vista moral – como aconteceria em humanistas e autores de obras de espiritualidade de Quinhentos (e ainda de depois)”⁵⁰ –, mas sim de um ponto de vista da “poética” de um gênero. Todavia, parece ser também o “lugar social”, e não apenas “literário”, da criação “poética” que está em causa, num universo em que se distingue a “história”, a “fábula”, a “ciência” e as “artes”, na dimensão da experiência própria, e nos sentidos coevos, naturalmente, conferindo a todas e cada uma um lugar igualmente prestigiante, no âmbito de práticas sociais, desde que observadas com um rigor que implica a mobilização de saberes longa e dificilmente adquiridos. Deste ponto de vista, a conclusão final mostra bem como Rodrigues Lobo orchestra polifonicamente um conjunto de temas, claramente imbricados, num quadro de reflexão teórica que merece ser valorizada:

Averiguou o doutor que a melhor maneira de escrever eram os Diálogos (ficando o meu direito reservado aos livros de cavalarias), tocaram-se louvores da prática e da escritura com muito engenho, aclarou-se como a língua

48 *Idem*, p. 62.

49 *Idem*, p.63.

50 José Adriano de Carvalho, “A Retórica da Cortesia...”, *op. cit.*, p.427: “É o modo de contar, as leis da narração frente à da narrativa, isto é, em resumidas contas, os limites das leis daretórica aplicadas à História e à Poesia que, de longe, mas com uma cerrada lógica interior, determinam os debates seguintes sobre a língua escrita e falada, sobre os limites que há que impôr aos recursos retóricos e, muito especialmente, daqueles próprios da Poesia – os ‘encarecimentos’ –, sobre a severa erradicação do cultismo lexical e sintático, para sempre concluir radicalmente, em nome do combate à afectação e em defesa da clareza, que ‘devemos escrever como falamos’. O radicalismo desta regra de ouro põe-no na escola não precisamente de Castiglione senão de *Il Galateo*, passando pela do *Diálogo de la Lengua* de Juan de Valdés, obra que alguma vez suspeitamos que possa ter lido, ainda que nos escape como pudesse tê-lo conseguido. Fontes comuns? É possível”.

portuguesa não desmerece lugar entre as melhores para nela se escreverem matérias levantadas, aprazíveis, proveitosas e necessárias⁵¹.

RESUMO: Revisitando as diferentes “leituras críticas”, sobretudo ao longo do século XVI, este artigo examina uma vez mais o Diálogo I de *Corte na Aldeia* (1619) de Francisco Rodrigues Lobo, refletindo sobre o “lugar social” da narrativa de ficção no século XVII.

Palavras-chave: livros de cavalaria – leituras – leitores – Francisco Rodrigues Lobo.

ABSTRACT: Reviewing the different «critical readings», especially throughout the 16th century, this paper analyses once again the Dialogue I of *Corte na Aldeia* (1619) by Francisco Rodrigues Lobo, reflecting on the «social place» of the fictional narrative in the 17th century.

Key-words: romances of chivalry – readings – readers – Francisco Rodrigues Lobo.

51 *Corte na Aldeia*, *op. cit.*, p.70.